

26 JUN 2001

Sócio Econômico

CAE vota limites à atuação da Receita

Do Rio

SENADO FEDERAL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado vota hoje o projeto que cria o Código de Defesa do Contribuinte. A proposta, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), tem provocado polêmica no Senado. Para alguns senadores de oposição, a proposta retiraria mecanismos da Secretaria da Receita Federal para o combate à sonegação. Para Bornhausen, entretanto, o espírito do texto é apenas o de estabelecer uma relação de igualdade jurídica entre o cidadão comum e o Fisco. Representantes do setor financeiro e industrial já demonstraram interesse na aprovação do projeto.

A nova regra, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, proíbe, por exemplo, que o fisco possa utilizar apoio da polícia nas diligências feitas para fechar estabelecimentos irregulares. O novo código também derruba a restrição à participação de contribuintes devedores em licitações e concorrências. O voto a essas presenças não poderá ser feito até que a sentença do processo de cobrança tenha transitado em julgado e comprovada a culpa.

Existe também controvérsia na proposta incluída no Código proibindo a Receita de cancelar a inscrição dos contribuintes no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Uma das críticas ao projeto é que isso ampliaria a dificuldade para se detectar contas laranjas.

O governo reagiu negativamente a outro item do projeto. No texto apresentado, fica reduzida a autonomia da Receita para ampliar os tributos. Qualquer mudança de alíquota, será aceita apenas por uma lei. Na prática, essa restrição poderá se aplicar ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que podem ter seu valor mexido via decreto. (MdM)